

## DIREITO DO TRABALHO

**01)** - Leia as afirmações e em seguida responda corretamente:

I - O contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, sem prazo, ajustado por escrito, onde o adolescente de 14 a 16 anos se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a sua formação profissional.

II - O contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, com prazo determinado, sendo assegurado ao adolescente maior de 14 e menor de 18 anos, formação profissional compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

III - O contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho cuja validade está condicionada à anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social e a matrícula e frequência do aprendiz à escola.

IV - O contrato de aprendizagem poderá ser prorrogado uma vez, desde que não ultrapasse o prazo máximo de dois anos e a idade limite de 18 anos.

- a) - As alternativas I e III estão corretas.
- b) - As alternativas II e IV estão corretas.
- c) - As alternativas II e III estão corretas.
- d) - Apenas a alternativa II está correta.

**02)** - Sobre o intervalo intrajornada é correto afirmar que:

a) - É de onze horas, no máximo, entre uma jornada e outra, devendo ser indenizado nos casos em que o empregado não pode usufruir do mesmo, com um acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

b) - É de uma hora, no máximo, após seis horas ininterruptas de trabalho, devendo ser indenizado quando não for concedido ao empregado, oportunidade que será pago o adicional de 50% sobre valor da hora normal.

c) - De quinze minutos, após seis horas ininterruptas de trabalho, salvo acordo coletivo em contrário, devendo a empresa remunerar o período não concedido como horas extras.

d) - É de uma hora, no mínimo, após seis horas ininterruptas de trabalho, devendo ser indenizado quando não for usufruído pelo empregado, oportunidade que será pago o adicional de 50% sobre valor da hora normal.

**03)** - Leia as afirmações abaixo e em seguida responda:

I - O aviso prévio tem lugar quando quem o recebe não comete falta e é compatível com a existência de prazo no contrato.

II - Desde que não haja justo motivo para a dispensa, o aviso prévio fixa termo final para o contrato, podendo ser da iniciativa tanto do empregado quanto do empregador.

III - Não há previsão legal para a figura do “aviso prévio cumprido em casa”, devendo o mesmo ser trabalhado ou indenizado.

IV - Mediante acordo entre as partes ou por meio de instrumento coletivo, é possível aviso prévio de sessenta dias.

- a) - As alternativas I e IV estão corretas.
- b) - As alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) - Apenas a alternativa I está correta.

d) - Apenas a alternativa II está correta.

**04)** São características do contrato de trabalho:

- a) - Bilateralidade, consensualidade, onerosidade e de trato sucessivo.
- b) - Alteridade, instântaneidade, comutatividade e onerosidade.
- c) - Pessoalidade, subordinação jurídica, consensualidade e gratuidade.
- d) - Subordinação, exclusividade, bilateralidade e pessoalidade.

**05)** - João da Silva trabalha há seis anos em determinada empresa sem gozar dos seus períodos de férias. A empresa efetua o pagamento do período acrescido do terço constitucional, sem contudo, liberar o empregado para o usufruto. Diante dessa situação, pode o empregado, no curso da relação de emprego:

- a) - Propor reclamação pleiteando a rescisão indireta, observando o início do prazo prescricional que coincide com o término do período aquisitivo.
- b) - Pleitear a rescisão indireta, observando o prazo prescricional que coincide com o início do período concessivo.
- c) - Propor reclamação pleiteando a fixação por sentença do gozo das férias, se atentando para o prazo prescricional que se inicia com o término do período concessivo.
- d) - Reclamar o pagamento em dobro das férias não usufruídas e a fixação do período de gozo, começando a contar o prazo prescricional da data em que o empregador se recusa em concedê-las.

**06)** - No tocante ao direito de greve, podemos afirmar que a Constituição Federal/88 o assegura:

- a) - a todos os trabalhadores sindicalizados, inclusive aos militares.
- b) - aos trabalhadores e aos servidores públicos, sendo que a estes o direito será exercido nos termos e limites definidos em lei complementar.
- c) - a todos os trabalhadores sindicalizados, inclusive aos militares e servidores públicos, sem estabelecimento de condições e limites, por ser a greve um direito absoluto.
- d) - aos trabalhadores, aos servidores públicos e aos militares, sendo que estes últimos somente em caso de sindicalização.

**07)** - Relativamente à justa causa, é correto afirmar que:

- a) - Não obstante o critério taxativo de enumeração de justa causa adotado pela CLT, as partes, por meio de acordo ou convenção coletiva, podem estabelecer outras hipóteses para dispensa do empregado.
- b) - O boletim de ocorrência registrado pelo empregador denunciando furto do empregado não é prova robusta e irrefutável para a caracterização da justa causa.
- c) - É imperativo que o empregador obedeça a seguinte ordem de aplicação de sanções aos empregados: advertência verbal, advertência por escrito, suspensão e, por fim, a aplicação da justa causa.
- d) - Empregador descobre hoje, por meio de uma auditoria, que o empregado desviou

dinheiro da empresa no balanço de dois anos atrás. Poderá dispensá-lo imediatamente, sem aplicar a justa causa, posto que configurado o perdão tácito.

**08)** - Sobre sucessão de empresas é INCORRETO afirmar que:

- a) - A responsabilidade do adquirente, na sucessão, se opera por meio da lei, não importando o vínculo estabelecido entre o sucedido e o sucessor, ou ainda, da natureza do título que tenha originado a transferência.
- b) - Havendo continuidade da prestação laborativa e transferência interempresarial, torna-se inequívoca a existência do instituto sucessório.
- c) - As obrigações trabalhistas transferem-se imperativamente e automaticamente com a modificação do titular, e nesse mesmo tempo, o novo titular responde pelos efeitos passados, presentes e futuros, independente de cláusulas dispondo o contrário.
- d) - A responsabilidade do novo titular é declarada automaticamente somente para aqueles contratos que se encontram em vigor, resguardando, portanto os direitos adquiridos dos empregados, não alcançando os vínculos de emprego anteriores ao negócio jurídico.

**09)** - São trabalhadores regidos pela CLT:

- a) - O doméstico, o rural e o empregado urbano.
- b) - O representante comercial, o empregado urbano e o doméstico.
- c) - O empregado público, o empregado urbano e o aprendiz.
- d) - O empregado em domicílio, o estagiário e o empregado urbano.

**10)** - Maria da Silva é vendedora externa que recebe remuneração composta por uma parte fixa de quatro salários mínimos e outra parte de comissões sobre vendas e diárias para viagem. Vale dizer então que:

- a) - Integram o salário para todos os fins a parte fixa e a variável, independente dos valores pagos a título de diárias.
- b) - Integram o salário apenas a parte fixa e as comissões. As diárias terão natureza salarial na hipótese de excederem a 50% do salário de Maria.
- c) - Em nenhuma hipótese terão as diárias natureza salarial, visto que se destinam à indenização do empregado pelas despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação.
- d) - As diárias ainda que eventuais, integram o salário de Maria, para todos os fins, mesmo que não excedam a 50% do salário fixo.

## **PROCESSO DO TRABALHO**

**11)** - João da Silva foi contratado pela matriz de uma empresa em Cuiabá, para exercer a função de vendedor viajante em todo o Estado de Mato Grosso. Considerando que a empresa possui filial nos municípios de Cáceres e Rondonópolis e que o empregado está

subordinado apenas à matriz, responda corretamente:

- a) - A competência da Vara do Trabalho será determinada pelo local da contratação ainda que seja outro o local da execução dos serviços.
- b) - Promovendo o empregador atividades em outras localidades, ao empregado é facultado propor a reclamação trabalhista em Cuiabá ou qualquer uma das localidades em que tenha prestado serviços.
- c) - A Vara do Trabalho para dirimir a questão é em Cuiabá ou em uma das filiais, não existindo outra condição alternativa.
- d) - O empregado poderá optar entre propor a reclamação em Cuiabá ou na localidade onde possui domicílio, ou ainda na localidade mais próxima deste.

**12)** - Analise as afirmações abaixo e em seguida responda:

I - A comissão de conciliação prévia, de composição paritária, se apresenta como hipótese de solução extrajudicial de conflitos que, não obstante ser uma obrigação legal para as partes que devem submeter a demanda a esse órgão, trata-se de uma faculdade dos agentes coletivos a sua constituição.

II - A arbitragem é uma forma de solução de conflitos onde o árbitro impõe a solução do litígio sem estar, todavia, investido pelo Estado de jurisdição. Em matéria trabalhista, a arbitragem é facultativa, opcional e alternativa para solução de conflitos individuais e coletivos.

III - Os acordos trabalhistas firmados perante as comissões de conciliação prévia têm natureza de título executivo extrajudicial e não terão eficácia liberatória geral, podendo o empregado pleitear parcelas que foram objeto de ressalva expressa, diante da previsão constitucional de que o Poder Judiciário não deixará de apreciar qualquer lesão ou ameaça ao direito.

IV - Quando o empregado submete a demanda à comissão de conciliação prévia, o prazo prescricional é suspenso a partir da tentativa frustrada de conciliação.

- a) - As alternativas I, II e III estão corretas.
- b) - As alternativas II e IV estão corretas.
- c) - Apenas as alternativas I e IV estão corretas
- d) - Apenas a alternativa I está correta.

**13)** - Sobre a fase probatória é correto afirmar que:

a) - Para garantia do comparecimento da testemunha em audiência no Processo do Trabalho, torna-se indispensável apresentação prévia e tempestiva do respectivo rol.

b) - Na ausência da testemunha em audiência, é facultado à parte requerer a sua intimação ou requerer o adiamento da audiência, desde que tenha efetivamente procedido a sua convocação.

c) - Tanto no procedimento ordinário como no sumaríssimo, o número de testemunhas é limitado a três, salvo nos casos de litisconsórcio passivo, onde cada reclamado poderá ouvir duas testemunhas.

d) - No caso de reclamação plúrima com três empregados, com pedidos idênticos, cada um poderá ouvir uma testemunha, de modo que não ultrapasse o limite máximo.

**14)** - *“A omissão injustificada por parte da empresa de cumprir determinação judicial de apresentação dos registros de horário (CLT, art. 74, parágrafo 2º) importa em presunção da veracidade da jornada de trabalho alegada na inicial, a qual pode ser elidida por prova*

*em contrário*”. Da leitura do Enunciado n. 338 do TST podemos afirmar que:

- a) - O Enunciado em questão trata da hipótese de confissão real ou efetiva, contra a qual não é admissível prova testemunhal, e cuja conseqüência é a veracidade dos fatos narrados pelo adversário.
- b) - A omissão da empresa gera apenas a confissão ficta ou presumida, podendo ser produzida prova testemunhal em sentido contrário.
- c) - A empresa que deixar de juntar os registros de horário deve arcar com os efeitos da confissão ficta, ficando impossibilitada de requerer a produção de outras provas em face de seu estado de confessa.
- d) - À empresa não poderá ser decretada a confissão presumida porque ao empregado compete provar os fatos constitutivos do seu direito, sendo o horário de trabalho um exemplo.

**15)** - Sobre o agravo de petição, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) - É cabível das decisões que julgam os embargos do devedor, à praça e à arrematação.
- b) - É cabível contra a sentença de liquidação.
- c) - Não cabe agravo contra o despacho que determinou a perícia contábil.
- d) - Não será admitido de quem não faz parte da relação processual, salvo na hipótese de embargos de terceiro.

**16)** - Leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - O recurso ordinário não é cabível das decisões interlocutórias de caráter terminativo do feito, de que é exemplo a que acolhe a exceção de incompetência em razão da matéria.
- II - Cabe recurso ordinário apenas das decisões definitivas das Varas e dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária.
- III - O recurso ordinário é a medida cabível contra a decisão que acolhe a decadência ou a prescrição, a litispendência ou coisa julgada.
- IV - Na hipótese de extinção do processo por carência da ação também cabe recurso ordinário.

- a) - Todas alternativas estão corretas.
- b) - Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- c) - As alternativas II, III e IV estão corretas.
- d) - Apenas a alternativa I está correta.

**17)** - Assinale a alternativa correta:

- a) - O INSS será intimado das decisões homologatórias de acordos, podendo interpor recurso ordinário no prazo de oito dias.
- b) - O INSS não pode interpor embargos de declaração da sentença de primeiro grau para ver declarada a natureza das verbas trabalhistas que sofrerão incidência de contribuição.
- c) - É necessário que o INSS requeira a execução dos créditos previdenciários resultantes de condenação ou homologação de acordos trabalhistas.
- d) - É facultado ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida ao INSS, todavia, tal fato não implica na satisfação total da dívida, podendo ainda sofrer a cobrança de eventuais diferenças.

**18)** - O prazo legal destinado para, respectivamente, apresentar defesa oral em audiência; vista dos autos ao exceto para contestar a exceção de incompetência; designação de audiência de instrução e julgamento das exceções de suspeição; efetivar o pagamento ou a garantia da execução é de:

- a) - 20 minutos; 24 horas; 48 horas; 48 horas.
- b) - 15 minutos; 24 horas; 48 horas; 24 horas.
- c) - 20 minutos; 48 horas; 24 horas; 48 horas.
- d) - 15 minutos; 48 horas; 24 horas; 24 horas.

**19)** - A ação de consignação em pagamento não tem lugar quando:

- a) - O empregador quer rescindir o contrato de trabalho de empregado estável.
- b) - Quando o empregado quer consignar coisas de propriedade da empresa.
- c) - Quando o empregado se recusa a receber as verbas rescisórias.
- d) - Quando o empregado se recusa a gozar e receber seu período de férias.

**20)** - Empregado e empregador resolvem por fim a demanda por meio de acordo que envolve o pagamento de dez parcelas iguais e sucessivas de R\$ 500,00, convencionando multa de 50% pelo atraso ou falta de pagamento. O empregador paga apenas as três primeiras parcelas. O empregado denuncia o não pagamento da parcela seguinte requerendo a execução do acordo.

- a) - A execução compreenderá inicialmente as parcelas devidas até a data do ingresso na execução.
- b) - A execução compreenderá apenas a quarta parcela com acréscimo da multa de 50%.
- c) - A execução compreenderá a exigência do pagamento das prestações vencidas e vincendas, sendo estas acrescidas da multa moratória.
- d) - A execução compreenderá a exigência das demais parcelas acrescidas da multa moratória.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**21)** - São modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) - O pagamento, a compensação, a transação, a anistia, a prescrição, a decisão administrativa irreformável.
- b) - O pagamento, a remissão, a decisão administrativa, o parcelamento do débito, a prescrição.
- c) - O pagamento antecipado e a homologação do lançamento, a imunidade tributária, a consignação em pagamento, a decisão judicial passada em julgado, a remissão.
- d) - O pagamento, a compensação, a decadência, a conversão do depósito em renda, a consignação em pagamento, a decisão judicial passada em julgado.

**22)** - Assinale a alternativa correta.

- a) - A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão, por lei, instituir empréstimos compulsórios para atender as despesas com guerra externa, ou sua iminência, e as despesas decorrentes de calamidade pública.
- b) - A União, no exercício de sua competência residual, poderá cobrar taxas decorrentes da prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- c) - A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- d) - A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

**23) - Sobre o lançamento é correto afirmar:**

- a) - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.
- b) - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só será alterável por ato da Administração Pública.
- c) - O lançamento é um título executivo extrajudicial.
- d) - A revisão do lançamento de ofício poderá ocorrer a qualquer tempo.

**24) - A responsabilidade por infrações à legislação tributária será excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora. Considera-se espontânea a denúncia:**

- a) - Quando apresentada até 48 horas após a ocorrência do fato gerador;
- b) - Quando apresentada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- c) - Durante o processo administrativo, mas antes da decisão administrativa irreformável.
- d) - Durante o processo judicial, mas antes da decisão judicial passada em julgado.

**25) - Pessoa física, em determinado exercício, deixou de apresentar à Secretaria da Receita Federal sua declaração de Imposto de Renda. Porém, no ano-calendário a que a declaração se referia, este mesmo contribuinte não auferiu renda superior ao limite de isenção, de modo que não há imposto devido. Nessa hipótese, a autoridade administrativa:**

- a) pode cobrar multa pela não entrega da declaração, porque a obrigação acessória independe da obrigação principal.
- b) - não pode cobrar multa pela não entrega da declaração, porque a obrigação acessória não subsiste se não há obrigação principal.
- c) - não pode cobrar multa pela não entrega da declaração, porque não é possível cobrar penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória.
- d) - só poderia cobrar multa pela não entrega da declaração se o contribuinte tivesse auferido renda superior ao limite de isenção.

## **DIREITO CIVIL**

**26) - Assinale a proposição correta:**

- a) - O desuso de uma lei, com o passar do tempo, acarreta sua revogação.

- b) - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) - A perda de vigência da lei revogadora tem por consequência natural a restauração da lei revogada.
- d) - A lei começa a vigorar em todo território nacional a partir de sua publicação, salvo disposição em contrário.

**27) - Julgue os itens abaixo:**

I - Consideram-se benfeitorias os melhoramentos sobrevindos à coisa sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

II - São públicos os bens do domínio nacional pertencentes à União, aos Estados, ou aos Municípios. Todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

III - São infungíveis os móveis que podem, e fungíveis os que não podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

IV - São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia.

Conclui-se que:

- a) - I e IV estão incorretas.
- b) - I e II estão incorretas.
- c) - II e III estão incorretas.
- d) - I e III estão incorretas.

**28) - É correto afirmar:**

a) - O ato anulável pode ser conhecido de ofício e mesmo antes de julgado por sentença não produz efeitos.

b) - O ato anulável não pode ser ratificado pelas partes, salvo direito de terceiro.

c) - São anuláveis os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial. Considera-se erro substancial o que interessa à natureza do ato, o objeto principal da declaração, ou alguma das qualidades a ele essenciais.

d) - É anulável o ato jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade

**29) - Julgue os itens abaixo:**

I - O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

II - Segundo o Código Civil a pessoa pode a qualquer momento renunciar o direito a alimentos.

III - A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, dissolvendo o casamento.

IV - A conversão em divórcio da separação judicial dos cônjuges existente há mais de um ano contada da decisão ou da que concedeu a medida cautelar correspondente, será decreta por sentença mediante provocação.

Conclui-se que:

- a) - II e III estão corretas

- b) - I e III estão corretas.
- c) - I e IV estão corretas.
- d) - III e IV estão corretas.

**30)** - A seguinte preposição está correta:

- a) - É possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- b) - Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade.
- c) - A posse do imóvel não faz presumir a dos móveis e objetos que nele estiverem
- d) - Pode o possuidor de boa-fé exercer o direito de retenção sobre as benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias.

**31)** - Qual é a preposição incorreta:

- a) - É plena a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; limitada, quando tem ônus real, ou é resolúvel.
- b) - Estão sujeitos à transcrição, no respectivo Registro, os títulos translativos da propriedade imóvel, por ato entre vivos. Os atos sujeitos à transcrição não transferem o domínio, senão da data em que se transcreverem.
- c) - O domínio das coisas não se transfere pelos contratos antes da tradição. Mas esta se subentende, quando o transmitente continua a possuir pelo constituto possessório.
- d) - O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos, podendo alienar a propriedade a terceiros.

**32)** - Julgue os itens a seguir:

- I) - Só se pode constituir o penhor com a posse da coisa móvel pelo credor, salvo no caso de penhor agrícola ou pecuário, em que os objetos continuam em poder do devedor, por efeito da cláusula 'constituti'.
- II) - Presume-se pertencer o direito real à pessoa, em cujo nome se inscreveu, ou transcreveu o título no registro imobiliário..
- III) - O dono do imóvel hipotecado não pode constituir sobre ele, mediante novo título, outra hipoteca, em favor do mesmo, ou de outro credor.
- IV) - Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, a coisa dada em garantia fica sujeita, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.

Estão corretas as seguintes preposições:

- a) - I, III e IV.
- b) - I, II e IV.
- c) - II, III e IV.
- d) - I, II e III.

**33)** - É incorreto afirmar:

- a) - As perdas e danos devidas ao credor em virtude do não cumprimento de obrigações contratuais abrange exclusivamente o que ele perdeu.
- b) - O credor pode consentir em receber coisa que não seja dinheiro, em substituição da prestação que lhe era devida. Determinado o preço da coisa dada em pagamento, as relações entre as partes regular-se-ão pelas normas do contrato de compra e venda.
- c) - Dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e

substituir a anterior.

d) - Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

**34) - É incorreto afirmar:**

a) - Na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado, ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição.

b) - Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra, que os aceita.

c) - O comodato é o empréstimo oneroso de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.

d) - Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

**35) - Julgue as proposições a seguir:**

I - Os pais não são responsáveis pela reparação civil, decorrente de atos praticados por filhos menores que estiverem em seu poder e em sua companhia.

II - A responsabilidade civil é independente da criminal; não se poderá, porém, questionar mais sobre a existência do fato, ou quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no crime.

III - Nas obrigações líquidas, os juros da mora contam-se desde a citação inicial.

IV - Constitui ato ilícito a deterioração de coisa alheia, a fim de remover perigo iminente.

Conclui-se que:

a) - I, II, III estão incorretas.

b) - II, III e IV estão incorretas.

c) - I, II e IV estão incorretas.

d) - I, III e IV estão incorretas.

## **PROCESSO CIVIL**

**36) - Julgue as proposições:**

I - São princípios da jurisdição: a aderência ao território, a indelegabilidade, a inevitabilidade, a inafastabilidade e a inércia.

II - O princípio do devido processo legal, tanto sob o aspecto procedimental como substancial, não está albergado dentre os princípios fundamentais do processo.

III - São princípios constitucionais do processo: a inafastabilidade da jurisdição, a igualdade das partes, o contraditório e ampla defesa, a publicidade e a necessidade de fundamentação judicial.

IV - O princípio da imparcialidade do juiz não decorre do princípio do juiz natural, das garantias da magistratura e das garantias institucionais do Poder Judiciário.

Conclui-se:

a) - I e II estão corretas.

b) - I e III estão corretas.

c) - III e IV estão corretas.

d) - II e IV estão corretas.

**37)** Assinale a alternativa incorreta:

- a) - Para que o Juiz possa julgar o mérito de uma demanda, deverá previamente enfrentar as questões atinentes aos pressupostos processuais e as condições da ação.
- b) - A jurisdição, a competência do órgão jurisdicional e a imparcialidade do juiz são pressupostos processuais.
- c) - A capacidade para ser parte, a capacidade para estar em juízo e a capacidade postulatória são pressupostos processuais.
- d) - Os pressupostos processuais de existência e validade do processo, apesar de possuírem natureza de ordem pública estão sujeitos a preclusão e não podem ser conhecidos de ofício pelo juiz.

**38** - Julgue os itens abaixo:

I - Toda pessoa, seja natural ou jurídica, por possuir personalidade jurídica tem capacidade para ser parte em um processo.

II - A capacidade para estar em juízo e a legitimidade “ad causam”, são condições da ação.

III - A coisa julgada, a preempção e a litispendência não são pressupostos processuais.

IV - A capacidade para estar em juízo pressupõe, além da personalidade jurídica a capacidade para o exercício dos direitos.

Conclui-se que:

- a) - I e IV estão incorretas.
- b) - I e II estão incorretas.
- c) - II e III estão incorretas.
- d) - I e III estão incorretas.

**39)** - É correto afirmar:

a) - Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

b) - Há litisconsórcio facultativo, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

c) - A denunciação da lide não é obrigatória ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.

d) - Não é admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu, ou dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.

**40)** - Julgue os itens abaixo:

I - Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu. O comparecimento espontâneo do réu supre, entretanto, a falta de citação.

II - Começa a correr o prazo para a realização do ato processual, quando a citação ou intimação for pelo correio, da data da citação ou intimação.

III - A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa e,

ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

IV - É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos dilatatórios.

Conclui-se que:

- a) - II e III estão corretas
- b) - I e III estão corretas.
- c) - I e IV estão corretas.
- d) - III e IV estão corretas.

**41) - Assinale a incorreta:**

- a) - Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores.
- b) - Suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- c) - Extingue-se o processo com julgamento de mérito quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- d) - Extingue-se o processo, com julgamento do mérito quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

**42) - Julgue os itens a seguir:**

- I) - O agravo de instrumento é o recurso cabível contra as decisões interlocutórias.
- II) - O prequestionamento da matéria impugnada, é requisito essencial para o conhecimento do recurso extraordinário e especial.
- III) - Cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal
- IV) - O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, sendo que desta decisão não cabe recurso.

Estão corretas as seguintes proposições:

- a) - I, III e IV.
- b) - I, II e IV.
- c) - II, III e IV.
- d) - I, II e III.

**43) - É incorreto afirmar:**

- a) - O juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o

juiz decidirá em forma concisa. Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.

b) - Ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, só podendo alterá-la para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo ou por meio de embargos de declaração

c) - Não faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial decidida incidentalmente no processo, ainda que a parte a tenha requerido por ação incidental.

d) - A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

**44) - É incorreto afirmar:**

a) - Na execução fundada em título judicial, os embargos de devedor poderão versar sobre qualquer matéria.

b) - São títulos executivos extrajudiciais a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores;

c) - Em todos os casos em que é defeso a um contraente, antes de cumprida a sua obrigação, exigir o implemento da do outro, não se procederá à execução, se o devedor se propõe satisfazer a prestação, com meios considerados idôneos pelo juiz, mediante a execução da contraprestação pelo credor, e este, sem justo motivo, recusar a oferta.

d) - São títulos executivos judiciais a sentença condenatória proferida no processo civil, o formal e a certidão de partilha e a sentença arbitral.

**45) - Julgue as proposições a seguir:**

I - Para a concessão do arresto não é essencial a prova literal da dívida líquida e certa.

II - É lícito pedir alimentos provisionais nas ações de desquite e de anulação de casamento, desde que estejam separados os cônjuges.

III - O juiz pode decretar a busca e apreensão de pessoas ou de coisas.

IV - O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o seqüestro de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.

Conclui-se que:

a) - I, II, III estão corretas.

b) - II, III e IV estão corretas.

c) - I, II e IV estão corretas.

d) - I, III e IV estão corretas.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**46) - Julgue as proposições:**

I - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a

pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

III - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

IV - A lei ordinária pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.

Conclui-se que:

- a) - I e II estão corretas.
- b) - I e III estão corretas.
- c) - III e IV estão corretas.
- d) - II e IV estão corretas.

**47)** Assinale a alternativa incorreta:

- a) - Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- b) - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- c) - A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- d) - Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

**48)** - Julgue os itens abaixo:

I - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

II - Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

III - A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

IV - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

Conclui-se que:

- a) - I e IV estão incorretas.
- b) - I e II estão incorretas.
- c) - II e III estão incorretas.

d) - I e III estão incorretas.

**49) - É correto afirmar:**

- a) - Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- b) - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- c) - A Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso Nacional, para ser promulgada, depende da sanção do Presidente da República.
- d) - As leis complementares são aprovadas pela maioria dos membros presentes de cada uma das casas legislativas do Congresso Nacional.

**50) - É incorreto afirmar:**

- a) - Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução e vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- b) - São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal.
- c) - Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- d) - Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.

**51) - Julgue os itens abaixo:**

I - A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição, será apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, na forma da lei.

II - Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.

III - Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

IV - O ingresso na carreira da magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, independe da participação da Ordem dos Advogados do Brasil, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

Conclui-se que:

- a) - II e III estão corretas.
- b) - I e III estão corretas.
- c) - I e IV estão corretas.

d) - III e IV estão corretas.

**52)** - Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar mediante recurso extraordinário, quando a decisão recorrida:

- a) - julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal.
- b) - contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.
- c) - julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.
- d) - der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

**53)** - Qual é a preposição incorreta:

- a) - Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- b) - Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) - A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador Geral da República.
- d) - As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, não produzem eficácia contra todos, nem efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

**54)** - Julgue os itens a seguir:

- I) - Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal. A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
- II) - São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição.
- III) - Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão de cinco juízes mediante eleição, pelo voto secreto, de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça e de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.
- IV) - Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

Estão corretas as seguintes preposições:

- a) - I, III e IV.
- b) - I, II e IV.

- c) - II, III e IV.
- d) - I, II e III.

**55) - É incorreto afirmar:**

- a) - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- b) - Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- c) - Compete aos Estados, Distrito Federal e Municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- d) - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende aos requisitos de aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**56) - É correto afirmar que a responsabilidade civil das empresas concessionárias de serviços públicos é:**

- a) - Subsidiária ao poder concedente.
- b) - Subjetiva.
- c) - Objetiva.
- d) - Solidária com o poder concedente.

**57) - Diz-se que as comodidades materiais oferecidas diretamente aos administrados, prestadas pelo aparato estatal ou por quem lhe faça as vezes, sob regime de direito público, consubstancia-se em:**

- a) - Atividade de fomento à iniciativa privada.
- b) - Intervenção econômica.
- c) - Polícia administrativa.
- d) - Serviço público.

**58) - Se no processo licitatório, cuja modalidade adotada é a concorrência, o instrumento convocatório faz exigências atinentes à regularidade fiscal dos interessados na disputa, em que fase procedimental deverá ser examinado o atendimento ao requisito imposto no edital?**

- a) - Julgamento.
- b) - Pré-requisito.
- c) - Habilitação.

d) - Idoneidade financeira.

**59)** - Agentes públicos da espécie “particulares em colaboração com a Administração Pública” são aqueles que, com a concordância do Poder Público e sem relação de dependência, desempenham, por conta própria, embora em nome do Estado, função pública. Incluem-se nessa categoria:

- a) - Diretor de Universidade privada e tabelião.
- b) - Concessionários de serviços públicos e auditores privados.
- c) - Diretor de Banco Central e servidores temporários.
- d) - Funcionários nomeados para cargo em comissão.

**60)** - O Governador do Estado nomeou para o cargo de Procurador do Estado de Mato Grosso os candidatos aprovados em concurso público. Entretanto, no dia seguinte, ficou constatado que um dos nomeados não havia sido regularmente aprovado em uma das provas realizadas. Cabendo à Administração o restauro da legalidade dos atos administrativos evitados de vício, qual a conduta a ser adotada:

- a) - Tornar sem efeito o ato administrativo de nomeação, com a convalidação da nomeação irregular.
- b) - Expedir novo ato administrativo, revogando o primeiro ato de nomeação.
- c) - Expedir novo ato administrativo, invalidando a nomeação calcada em erro.
- d) - Revogar, por decisão judicial, o ato administrativo viciado.

**61)** - Qual a categoria tipológica pertinente ao seguinte regime jurídico: ato administrativo unilateral e precário, decorrente do exercício de competência discricionária, podendo ser gratuito ou oneroso, através do qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público ao particular, para fins de interesse público?

- a) - Concessão de uso de bem público.
- b) - Permissão de uso de bem público.
- c) - Concessão de direito real de bem público.
- d) - Autorização de uso de bem público.

**62)** - Com relação à mutabilidade das condições iniciais estipuladas nos contratos administrativos, podemos afirmar que quando a Administração Pública, como parte do contrato, promove conduta que torna impossível a execução do estipulado na avença, trata-se de um exemplar caso de:

- a) - Fato do príncipe.
- b) - Fato da Administração.
- c) - Teoria da imprevisão.
- d) - Cláusula exorbitante.

**63)** - Diz-se que a prerrogativa atribuída à Administração Pública para invadir materialmente a esfera jurídica dos particulares (forma direta de coerção), sem ir previamente ao Poder Judiciário é característica da:

- a) - Presunção de validade.
- b) - Imperatividade.
- c) - Executoriedade.

d) - Exigibilidade.

**64)** - Sobre as agências executivas é correto afirmar:

- a) - São pessoas jurídicas criadas por lei para melhorar a eficiência da Administração Pública.
- b) - São pessoas jurídicas criadas por lei para exercer o controle dos serviços públicos delegados à exploração da iniciativa privada.
- c) - Não são pessoas jurídicas criadas por lei, mas entidades preexistentes (autarquias ou fundações) que celebram contrato de gestão com o Poder Público.
- d) - São pessoas jurídicas criadas por lei para exercer o controle da atividade econômica autorizada à exploração da iniciativa privada.

**65)** - A Desconcentração administrativa significa:

- a) - A distribuição de competências para uma nova pessoa jurídica.
- b) - A distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
- c) - A criação de um Município mediante Lei Complementar Estadual.
- d) - A distribuição de competências para uma pessoa física.

### **ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB**

**66)** - Assinale a incorreta:

- a) É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.
- b) No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.
- c) Nenhum advogado pode integrar mais de duas sociedades de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- d) A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as atividades de ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.

**67)** - Analise:

I - A incompatibilidade determina a proibição total e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia.

II - A incompatibilidade determina a proibição parcial e o impedimento, a proibição total do exercício da advocacia.

III - O advogado substabelecido, sem reservas de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

IV - Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte.

Responda:

- a) as alternativas IV e II estão incorretas;
- b) somente a alternativa III está correta;
- c) somente as alternativas I e IV estão corretas;
- d) somente a alternativa I está correta.

**68)** - Não se inclui entre os deveres do advogado:

- a) aconselhar o cliente a não ingressar em aventura judicial;

- b) estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível a instauração de dissídio;
- c) contribuir para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito;
- d) cobrar honorários advocatícios.

**69) - Analise e responda:**

I - O advogado é responsável pelos atos que, no exercício da profissão, praticar com dolo ou culpa.

II - Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.

III - O advogado, no exercício da profissão, deve manter independência em qualquer circunstância.

IV - Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo ou administrativamente clientes de interesses opostos.

- a) estão todas corretas;
- b) somente o item IV está incorreto;
- c) somente os itens I e II estão incorretos;
- d) somente o item III está correto,

**70) - Assinale a incorreta:**

a) o advogado que mantém sociedade profissional fora das normas e preceitos estabelecidos no Estatuto da Advocacia, está sujeito à pena de censura.

b) O advogado que abandonar a causa sem justo motivo ou antes de decorridos dez dias da comunicação da renúncia pratica infração disciplinar grave, punível com pena de suspensão;

c) O advogado que fizer falsa prova de qualquer dos requisitos para inscrição na OAB está sujeito à pena de exclusão.

d) O advogado que se recusar, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele ou de terceiros por conta dele, comete infração disciplinar, punível com pena de suspensão.

## **DIREITO COMERCIAL**

**71) - Atos de comércio são os atos...**

- a) - ... praticados por pessoa física ou jurídica no exercício de sua profissão;
- b) - ... jurídicos originários de compra e venda, praticado pelo comerciante;
- c) - ... praticados pelos comerciantes, no exercício de sua profissão e, como tais, ficam submetidos à lei comercial;
- d) - ... jurídicos praticados pelo representante comercial.

**72) - São proibidos de comerciar:**

- a) - os menores de 18 anos;
- b) - os falidos, enquanto não forem legitimamente reabilitados;
- c) - as mulheres casadas sem autorização do esposo;

d) - os aposentados com mais de 65 anos.

**73)** - Sobre a denominação das sociedades comerciais, identifique a *Sociedade em Nome Coletivo*:

- a) - Firma ou razão social, composta só com os nomes dos sócios comanditários.
- b) - Firma ou razão social, composta só com os nomes dos capitalistas.
- c) - Firma ou razão social, composta por um nome, acompanhado da expressão LTDA.
- d) - Firma ou razão social, composta com nome de um ou mais sócios, acompanhado de & CIA.

**74)** - Quanto à responsabilidade dos sócios nas sociedades comerciais:

- I - Na sociedade em nome coletivo, a responsabilidade é ilimitada a todos os sócios;
- II - Na sociedade de capital e indústria, a responsabilidade é de todos os sócios;
- III - Na sociedade em comandita simples, a responsabilidade é limitada ao sócio comanditário;
- IV - Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a responsabilidade é limitada a todos os sócios, até a integralização da sua quota parte do capital social.

- a) - Somente a alternativa II é verdadeira.
- b) - São verdadeiras as alternativas I, III e IV.
- c) - As alternativas I, II e III, são verdadeiras.
- d) - Nenhuma das alternativas é verdadeira.

**75)** - Declarada a falência encerra-se o estado falimentar e inicia-se o processo de execução coletiva sobre os bens do devedor. Nesta linha de raciocínio pode-se afirmar:

- I - O falido perde a administração dos bens;
- II - Produz vencimento antecipado das dívidas do falido;
- III - Suspende-se a fluência de juros compensatórios e moratórios;
- IV - Os bens do falido serão arrecadados para venda judicial forçada, com a distribuição proporcional do ativo aos credores;
- V - Suspende-se o prazo de prescrição relativo às obrigações de responsabilidade do falido.

- a) - Todas alternativas estão corretas;
- b) - Somente a alternativa V é verdadeira;
- c) - Nenhuma das alternativas é verdadeira;
- d) - Somente as alternativas I, II, III, IV, estão corretas.

### **PROVA DE DIREITO PENAL**

**76)** - Menelau, supondo que Tício o mataria ao vê-lo, após seguidas ameaças de morte, ao levar a mão ao bolso do paletó, onde costumava manter um revólver, desferiu contra ele (Tício) um disparo de arma de fogo. Tício, que fora fazer as pazes com Menelau, levando-lhe no bolso, um presente, ao ser recebido à tiros, revidou com um disparo.

- a) - Menelau e Tício estavam ao abrigo da excludente de legítima defesa.
- b) - Menelau e Tício não poderiam invocar, em seu favor, qualquer excludente ou exculpante.

- c) - Menelau e Tício poderiam invocar legítima defesa putativa.  
d) - Menelau poderia invocar a exculpante da legítima defesa putativa e Tício a excludente da legítima defesa real.

**77)** - Relacione as colunas e após assinale a alternativa correta:

- |                                |     |  |
|--------------------------------|-----|--|
| 1) - Culpabilidade             | ( ) | o agente tolera a produção do resultado, o evento lhe é indiferente, tanto faz que ocorra ou não.                                |
| 2) - Reserva Legal             | ( ) | é o que só pode ser praticado por uma determinada categoria de pessoas.  |
| 3) - Crime Comum               | ( ) | <i>nullun crimem nulla poena sine proevia lege</i>   |
| 4) - Crime Próprio             | ( ) | pressuposto de aplicação da pena.  |
| 5) - Crime de Mão Própria      | ( ) | o agente não quer o resultado, não assume.   |
| 6) - Culpa Consciente          | ( ) | erro cometido pelas circunstâncias do caso concreto, com a suposição de estar a conduta enquadrada como excludente de ilicitude. |
| 7) - Dolo Eventual             | ( ) | é o que só pode ser praticado pelo sujeito em pessoa, portador de uma capacidade especial.                                       |
| 8) - Preterdolo                | ( ) | ocorre quando o agente pretendendo atingir uma pessoa, vem a ofender outra.  |
| 9) - <i>Aberratio ictus</i>    | ( ) | culpa no resultado e dolo na conduta antecedente.  |
| 10) - Discriminantes Putativas | ( ) | é o que pode ser praticado por qualquer pessoa.  |

- a) - 7, 3, 2, 1, 8, 9, 5, 10, 6, 4.  
b) - 6, 5, 3, 8, 10, 9, 1, 2, 7, 4.  
c) - 7, 4, 2, 1, 6, 10, 5, 9, 8, 3.  
d) - 6, 3, 7, 8, 10, 4, 2, 1, 9, 3.

**78)** - Bilionário desejando matar Tangará, contrata para eliminá-lo, mediante pagamento de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares), o pistoleiro Zé matador. Este se dirige várias vezes à residência de tangará para realizar o serviço, porém nunca consegue encontrá-lo. Saindo mais uma vez a procurá-lo, Zé matador encontra apenas o filho de Tangará e, mesmo assim, ceifa sua vida, dando por cumprida a tarefa da qual se

incumbira mediante polpuda vantagem. Em relação a Bilionário é correto afirmar:

- a) - Sua conduta é típica porque contribui para realização do delito, podendo se dizer que sem ela o crime não teria sido praticado;
- b) - Sua conduta é típica porque, ao menos a título de dolo eventual, o resultado era por ele previsto e aceito;
- c) - Sua conduta é típica porque se trata de cooperação dolosamente distinta, ou seja, houve um desvio subjetivo da vontade de autor e participe, o que não exime este de responsabilidade penal.
- d) - Sua conduta é atípica porque a participação deve dirigir-se à prática de infração determinada;

**79)** - O artigo 14, parágrafo único, do Código Penal prevê a punição da tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. O critério para tal diminuição de pena é aferido:

- a) - pela gravidade do delito.
- b) - pela intensidade do dolo.
- c) - pelos antecedentes do réu.
- d) - pelo percurso entre o início de execução do crime e sua consumação.

**80)** - Marque a alternativa incorreta:

- a) - O consentimento expresso do ofendido é causa supralegal de justificação, que exclui a ilicitude de atos lesivos a bens plenamente disponíveis por parte de seus respectivos titulares.
- b) - A defesa da posse, pelo desforço físico imediato, autorizada pelo art. 502 do Código Civil, é um exemplo de exercício regular de direito no caso de esbulho possessório, quando o desforço se realiza após a consumação do esbulho, presente o requisito da atualidade.
- c) - Só os atos rigorosamente necessários e que, além disso, decorram de uma exigência legal, isto é, de norma legal expressa, amparam-se na causa de justificação do “estrito cumprimento do dever legal”. Não são, pois, os agentes do Estado autorizados a ferir ou matar pessoas legitimamente perseguidas. Se houver resistência (com emprego de violência ou ameaça), por parte do agente passivo, cria-se uma situação de legítima defesa que faculta aos mencionados agentes a possibilidade de reação, com emprego dos meios necessários para impedir ou repelir agressão. Os excessos poderão constituir crime de abuso de autoridade ou crimes previstos no Código Penal (culposos ou dolosos), ou ambos, conforme as circunstâncias.
- d) - Embora o estrito cumprimento do dever legal tenha, na grande maioria das hipóteses, endereço certo aos agentes do Poder Público (no exercício de suas funções), aplica-se igualmente, aos particulares quando atuam sob imposição de um dever legal. No direito de família, por exemplo, tem os cônjuges o dever de guarda e educação dos filhos (CC art. 131, IV) e, no cumprimento desse dever, podem ter a necessidade de praticar alguma sorte de constrangimento que, fora do exercício do pátrio poder, constituiria ato ilícito. Se não cometem excessos, na correção dos filhos, atuam sob o pálio desta causa de justificação.

**81)** Deixando o condenado solvente de pagar multa que lhe foi imposta na sentença condenatória transitada em julgado e, não tendo sido requerido o seu parcelamento, nem determinado o desconto sobre seus vencimentos, a sanção pecuniária será:

- a) - convertida em pena restritiva de direito.
- b) - convertida em pena de detenção na base de um dia de detenção para cada dia-multa.
- c) - considerada dívida de valor.
- d) - convertida em pena de prisão por prazo nunca superior a um ano.

**82)** - Quem comete qualquer um dos crimes contra o patrimônio em detrimento de cônjuge na constância da sociedade conjugal, nos termos do artigo 181 do Código Penal está amparado por uma causa de:

- a) - Inexistência de ilicitude;
- b) - Excludente de tipicidade;
- c) - Imunidade absoluta.
- d) - Imunidade relativa;

**83)** Nove pessoas se associam de forma estável e permanente com a finalidade específica de cometer contravenção penal. Está caracteriza alguma figura típica?:

- a) - A de quadrilha ou bando;
- b) - A de bando apenas;
- c) - Somente a de quadrilha;
- d) - Nenhuma das alternativas anteriores.

**84)** - Configura crime de fraude processual:

- a) - Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.
- b) - Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.
- c) - Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de detenção.
- d) - Inutilizar, total ou parcialmente, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador.

**85)** - A testemunha, durante o depoimento em juízo, faz afirmação falsa, porém, reinquirida, confessa a falsidade e declara a verdade, no caso:

- a) - O fato deixou de ser punível.
- b) - Está configurado crime de falso testemunho.
- c) - A punibilidade persiste porque não é permitida a retratação no caso.
- d) - Nenhuma das alternativas.

**86)** - Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado, caracteriza:

- a) - delito de prevaricação;
- b) - crime de tergiversação;

- c) - delito de patrocínio infiel.
- d) - simples contravenção do mandatário;

### PROCESSO PENAL

87) Zé Coca tratara com João do Pó a aquisição de substância entorpecente. O agente federal Manoel diligente demais, disto sabedor, acompanha os contatos subseqüentes entre ambos e, quando Zé Coca vai receber a droga de João do Pó, interrompe os neste instante, prendendo-os:

- a) - Zé Coca e João do Pó não cometem nenhum crime, porque estavam ainda na fase de preparação;
- b) - Zé Coca e João do Pó cometem o delito de tráfico de entorpecentes, na modalidade consumada;
- c) - Zé Coca e João do Pó cometem o delito de tráfico de entorpecentes na modalidade tentada;
- d) - há flagrante preparado.

88) - Relacione as colunas e após assinale a alternativa correta:

- |                               |     |  |
|-------------------------------|-----|--|
| 1) Apelação                   | ( ) | Serão deduzidos em requerimento de que constem os pontos em que o acórdão é ambíguo, contraditório ou omissos.   |
| 2) Revisão Criminal           | ( ) | É o recurso a ser utilizado contra decisão de magistrado que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição e, ainda, quando arbitrar, conceder, negar ou julgar inidônea a fiança.                        |
| 3) Recurso em Sentido Estrito | ( ) | Tem por finalidade conferir a aplicação uniforme ao direito federal de natureza constitucional e não possui efeito suspensivo.   |
| 4) Carta Testemunhal          | ( ) | Caberá, por parte do Magistrado, no caso de sentença que concede ordem de <i>habeas corpus</i> .   |
| 5) Embargos Declaratórios     | ( ) | Recurso que será admitido quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu.  |
| 6) Recurso de Agravo          | ( ) | Poderá ser requerido antes da extinção da pena ou após, podendo ser pedido pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. |
| 7) Recurso <i>ex officio</i>  | ( ) | Caberá das decisões proferidas pelo Juízo das execuções, sem efeito suspensivo.  |
| 8) Protesto por Novo Júri     | ( ) | Caberá da decisão do Tribunal do Júri quando a sentença contrariar à lei expressa ou à decisão dos jurados e será declarada deserta se o réu condenado fugir depois que o interpuser.                            |

- 9) Recurso Extraordinário ( ) Recurso cujo processamento, quando submetido à instância superior, segue o mesmo curso do anteriormente denegado, não tendo efeito suspensivo.
- 10) Embargos Infringentes ou de Nulidade ( ) Invalidará qualquer outro recurso interposto e será feito na forma e nos prazos estabelecidos para a interposição da apelação, não impedindo a interposição desta, quando, pela mesma sentença, o réu tiver sido condenado por outro crime.

Marque a letra correta:

- a) - 5, 3, 9, 7, 8, 2, 6, 1, 4, 10  
b) - 5, 3, 9, 7, 10, 2, 6, 1, 4, 8  
c) - 3, 5, 8, 7, 10, 6, 2, 4, 1, 9  
d) - 9, 2, 3, 5, 10, 4, 6, 1, 7, 8

**89)** - Noticiando o inquérito policial que o réu se achava foragido ou ocultando-se, quando de seu indiciamento, deve o Magistrado ao receber a denuncia determinar:

- a) - a citação somente por hora certa;  
b) - desde logo, a citação por edital, com o prazo de 05 dias;  
c) - a citação por edital, desde logo, com o prazo de 30 dias.  
d) - a citação pessoal e, constatada a fuga, faz-se citação editalícia;

**90)** A busca domiciliar somente poderá ser realizada à noite:

- a) - em hipótese alguma.  
b) - se a autoridade policial ou judiciária estiver presente;  
c) - se, exibido o mandado, o morador consentir na busca;  
d) - se o mandado de busca mencionar expressamente a permissão para tal;

**91)** A autoridade policial somente poderá conceder fiança:

- a) - nos crimes punidos com pena inferior a dois anos;  
b) - nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples;  
c) - nos crimes que não tenham sido praticados com violência contra a pessoa.  
d) - em nenhuma hipótese, pois a concessão é da competência do juiz de direito.

**92)** A transferência de preso recolhido em estabelecimento prisional de regime fechado, para colônia agrícola, constitui:

- a) - promoção  
b) - regressão  
c) - comutação  
d) - progressão

**93)** - Antônio foi preso transportando 05 (cinco) quilos de cocaína para fins de tráfico. Levado até a presença da autoridade policial, esta tem:

- a) - não tem prazo para lavrar o flagrante, devendo, no entanto, comunicar imediatamente a autoridade judiciária e entregar nota de culpa ao preso dentro de 24 (vinte e quatro) horas depois de sua prisão.
- b) - 24 (vinte e quatro) horas para lavrar o flagrante e comunicar o Promotor de Justiça do ato praticado.
- c) - 30 (trinta) dias de prazo para comunicar o fato ao juiz competente.
- d) - 30 (trinta) dias para terminar as investigações.

**94)** - Do despacho que admitir, ou não, o assistente do Ministério Público caberá:

- a) - habeas corpus;
- b) - Recurso de agravo;
- c) - Mandado de Segurança;
- d) - Recurso em sentido estrito;

**95)** - Se houver vício na elaboração do auto de prisão em flagrante de pessoa primária e de bons antecedentes, em crime punido com pena de reclusão de três anos no mínimo, é cabível ao preso pleitear:

- a) - à autoridade policial o relaxamento da prisão em flagrante.
- b) - ao juiz a concessão de liberdade provisória com fiança.
- c) - ao juiz a concessão de liberdade provisória sem fiança.
- d) - ao juiz o relaxamento da prisão em flagrante.

## **DIREITO AMBIENTAL**

**96)** - A audiência pública referida na resolução do CONAMA nº 001/86, que tem por escopo tornar público o resultado de estudo de impacto ambiental - EIA e do relatório ambiental que foi regulamentada pela resolução CONAMA nº 09/87, previu que esta poderá ser designada:

- a) - pelo Ministério Público;
- b) - pela autoridade ambiental;
- c) - pelo Ministério Público, pela autoridade ambiental ou por requerimento de no mínimo 50 pessoas;
- d) - pelo Ministério Público, pela autoridade ambiental, por entidade civil ou requerimento de 50 cidades.

**97)** - Assinale a afirmativa incorreta:

- a) - A licença ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física e jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais.
- b) - O relatório preliminar e o estudo de impacto ambiental são expressões sinônimas, representando, na verdade, a preparação e avaliação que o Poder Público Municipal faz

sobre obras a serem instaladas nos limites de seu território.

c) - O estudo prévio de impacto ambiental deverá definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, podendo ser complementado pelo Poder Público Municipal para atender a seu peculiar interesse.

d) - Se a atividade for efetiva ou potencialmente degradadora da qualidade ambiental, a licença será concedida por órgão público estadual, cabendo, em caráter supletivo, ao IBAMA.

**98)** - Leia as afirmações abaixo e em seguida responda.

I - O órgão público, mediante decisão motivada, poderá suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

II - Poderá também o órgão público, suspender ou cancelar uma licença, quando da omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença.

III - Há licença ambiental que somente poderá ser outorgada pela União nas hipóteses de instalação de usinas nucleares.

IV - A licença prévia e a licença de operação são concedidas preliminarmente, enquanto a licença de instalação é concedida em caráter final.

a) - Todas as afirmações estão corretas.

b) - As afirmativas I e II estão corretas.

c) - As afirmativas III e IV estão corretas.

d) - As afirmações I, II e III estão corretas.

**99)** - Sobre a responsabilidade civil por dano ao meio ambiente é INCORRETO afirmar que:

a) - A responsabilidade é objetiva tendo em vista tratar-se de dano difuso. Não se aplica o princípio da solidariedade passiva, ou seja, havendo mais de um causador do prejuízo ambiental, a ação deverá ser proposta contra o responsável direto, pois incabível a denúncia à lide.

b) - Na hipótese de caso fortuito ou força maior, a responsabilidade pela reparação dos danos causados ao meio ambiente não será afastada, considerando que esta não exige a demonstração da culpa, bastando a existência do fato ou do ato, o dano e o nexo causal.

c) - A pessoa jurídica de direito público interno também é responsável pelos danos que diretamente causar ao meio ambiente por meio de suas funções típicas.

d) - Segundo a teoria do risco integral, todo aquele que causar dano ao meio ambiente ou a terceiro será obrigado a ressarcir-lo mesmo que a conduta culposa ou dolosa tenha sido praticada pela vítima.

**100)** - É da União privativamente a competência para legislar sobre:

a) - Águas, energia, minas e outros recursos minerais.

b) - Proteção dos documentos, obras e bens com valor artístico histórico e cultural.

c) - Preservação das florestas, fauna e flora.

d) - Florestas, caças e pesca.

EXAME DE ORDEM 03/2002 - GABARITO 1ª FASE

Nº	RESPOSTA
1.	C
2.	D
3.	B
4.	A
5.	C
6.	T
7.	B
8.	D
9.	C
10.	B
11.	T
12.	D
13.	B
14.	B
15.	B
16.	B
17.	D
18.	A
19.	A
20.	D
21.	D
22.	C
23.	A
24.	B
25.	A
26.	B
27.	D
28.	C
29.	C
30.	B
31.	D
32.	B

33.	A
34.	C
35.	D
36.	B
37.	D
38.	C
39.	A
40.	B
41.	D
42.	D
43.	C
44.	A
45.	B
46.	A
47.	B
48.	C
49.	B
50.	D

Nº	RESPOSTA
51.	A
52.	C
53.	D
54.	B
55.	C
56.	C
57.	D
58.	C
59.	A
60.	C
61.	B
62.	B
63.	C
64.	C
65.	B
66.	C
67.	C
68.	D
69.	B
70.	B
71.	C
72.	B
73.	D
74.	B
75.	A
76.	D
77.	C
78.	D
79.	D
80.	B
81.	C
82.	C

83.	D
84.	B
85.	A
86.	C
87.	B
88.	B
89.	D
90.	C
91.	B
92.	D
93.	A
94.	C
95.	D
96.	C
97.	B
98.	D
99.	A
100.	A





